

Ano X - Edição de Outubro de 1998

A Força Que

**FAZ**

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO PARANÁ E SANTA CATARINA

# PLAYING

## THE BRAZILIAN'S GAMES



### O HOMEM POLÍTICO

A Visão Popular

página 02

### SOCIALIZANDO

Tudo sobre seus benefícios

página 06

### FENAFAZ

Projeto Carreira Fazendária

página 04

### JURÍDICAS

28,86 - A Fraude

página 11

# Editorial

## PLAYING THE BRAZILIAN'S GAMES

A globalização econômica liberou o cassino global e os menos favorecidos estão na bancarrota. Uma boa dose de ingenuidade de nossos governantes contribuiu para que estejamos também no buraco.

Não há solução visível. Estamos assistindo à submersão dos mercados emergentes.

A combatida economia brasileira, que mantém excluídos 53% de sua população, está à mercê do humor e da ganância do capital especulativo.

Há solução?

Francamente não!

A imprensa continua vendendo a idéia do nosso dirigente maior e de sua equipe de burocratas que, seguramente, estão em devaneios. Talvez por não terem a solução e com certeza por estarem apostando todas as fichas na reeleição; quem sabe a única forma da sociedade não tomar conhecimento, pelo menos por enquanto, do tamanho do rombo.

Fica uma pergunta: isso tudo vai valer a quebradeira da atividade empresarial e mais desemprego como consequência?

Com o desaceleramento da economia, o país vai arrecadar menos impostos e, conseqüentemente, os mesmos burocratas farão o jogo dos 60% da arrecadação, lembram? (Vem aí um polpudo PDV, extinção de gratificações e posteriormente demissões).

**O governo joga a toalha, mas enxuga primeiro.**

É tudo baralho marcado! Carta na manga!

Sempre haverá uma última cartada, e nós participamos incondicionalmente dessa roleta russa. **Truco!**

Um grande blefe! Quem irá nos salvar?

Quem? Ninguém, pois ninguém muda o outro, a não ser ele mesmo enquanto exemplo para os outros. Ainda continuamos esperando que alguém venha e realize a mudança por nós.

Esse caminho nos levou ao cassino.

**O momento pede, fazendários, acima de todas as pendengas, que nos mantenhamos unidos para que possamos estabelecer uma força que nos dê sustentação para enfrentarmos o que virá.**

**CONSCIÊNCIA E UNIÃO!**

**ROSALBA FERREIRA GONÇALVES**  
Presidente do SINDFAZ-PR/SC

# O Homem Político

## A VISÃO POPULAR



Há alguns anos, um candidato à reeleição a governador de um estado brasileiro fazia eloqüente discurso num comércio em praça pública. Defendendo-se de acusações de seus adversários políticos de que haveria desviado verbas destinadas à educação para engordar seu patrimônio pessoal, apertava com as mãos os bolsos da calça e dizia:

– “Dinheiro roubado jamais entrou nestes bolsos.”

Foi quando um cidadão, lá do meio da praça, gritou:

– “Terno novo, governador?”

Essa anedota ilustra muito bem o que uma parcela significativa do povo brasileiro pensa a respeito dos políticos em geral.

Bem falantes, eles aprendem com facilidade a usar palavras carregadas de emoção para enganar os eleitores. Sem escrúpulos, falam em educação, saúde, moradia, trabalho, segurança... mas, eleitos, tratam apenas do bem-estar deles próprios.

Oportunistas, só aparecem às vésperas das eleições. É este o período no qual eles mais “trabalham”.

Gananciosos, encaram o cargo como um simples emprego. Os políticos nunca estão satisfeitos com o polpudo salário e com as diversas regalias de que dispõem. Querendo sempre mais, vendem-se e traem os seus eleitores.

Homens sem consciência, quando envolvidos em escândalos em que flagrantemente são culpados, geralmente conseguem livrar-se das penalidades porque o parlamento ao qual pertencem é composto de pessoas da mesma estirpe.

Eles são corruptos por natureza. Forjadores de mentiras, manipulam a vontade do povo. Pulando de um partido para outro, zombando da ideologia que há pouco tempo defendiam até à própria morte, os políticos são camaleões que visam a um só objetivo: perpetuar-se no poder.

Campeões de inconfiabilidade, o povo os separa em duas categorias: os que nada fazem e os que levam a cabo algumas obras. Durante o período de eleições é comum ouvir nas ruas: “É melhor votar em quem rouba, mas faz”.

De que forma dar crédito aos políticos, se nos dicionários mais da metade dos verbetes cognatos de “político” são de sentido depreciativo? Veja, por exemplo, o que nos traz o Aurélio:

**política.** 1. Ciência dos fenômenos referentes ao Estado; ciência política. 2. Sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos. 3. Arte de bem governar os povos. 4. Conjunto de objetivos que enformam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução. 5. Princípio doutrinário que caracteriza a estrutura constitucional do Estado. 6. Posição ideológica a respeito dos fins do Estado. 7. Atividade exercida na disputa dos cargos de governo ou no proselitismo partidário. 8. Habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados. 9. *P. ext.* Civildade, cortesia. 10. *Fig.* Astúcia, ardid, artifício, esperteza.

**politicagem.** *S. f. Deprec.* 1. Política mesquinha, estreita, de interesses pessoais. 2. O conjunto dos políticos pouco escrupulosos, desonestos, politicalha, politicaria, politiquice, politiquismo.

**político.** 1. Relativo à, ou próprio da política. 2. Relativo aos negócios públicos. 3. Que trata ou se ocupa de política. 4. Delicado, polido, cortês. 5. Esperto, astuto.

**politiqueiro.** 1. Diz-se daquele que se ocupa muito com a política partidária. 2. Diz-se daquele que, em política, usa de processos menos corretos. faz politicagem; politicante, politicóide. 3. Diz-se de indivíduo intrigante, mexeriqueiro, politicalhão, politicalho, politicante, politicastro, politicóide, politiquete, politiquilho.

Mas será que tudo o que se disse até agora faz justiça a todos os políticos?  
Saci-pererê e político honesto são, realmente, lendas?

**VENÍCIUS TELLES**  
Diretor do CEC

## Redução de R\$ 225 milhões por ano

O Ministério da Fazenda adotou um conjunto de medidas, com efeitos imediatos, que reduzirão os seus gastos em R\$ 225 milhões por ano.

As medidas adotadas consistem, na essência, em:

### I - Reestruturação das Delegacias de Administração, Delegacias da Secretaria Federal de Controle e Delegacias do Patrimônio da União:

As Delegacias de Administração foram reduzidas de 24 para 12, que manterão diminutas representações (um assistente, uma secretária e um motorista) em 11 estados e representações com recursos humanos suficientes para gestão dos funcionários dos ex-territórios, nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, em 4 estados.

As Delegacias da Secretaria Federal de Controle foram reduzidas de 23 para 12, que manterão representações (um assistente, uma secretária, um motorista e os Analistas e Técnicos de Finanças e Controle, em média 12 por escritório, que realizam as atividades de auditoria e fiscalização nas unidades gestoras dos respectivos estados) em 12 estados.

As Delegacias do Patrimônio da União foram reduzidas de 21 para 12, que manterão representações (um assistente, uma secretária, um motorista e os técnicos, em média 4 por escritório, que realizam atividades de medições, vistorias, avaliações, levantamentos e fiscalização) em 9 estados.

### II - Determinação de redução de gastos de custeio e com equipamentos, obras, reparos e instalações:

As reduções de gastos de custeio serão efetuadas, mediante as seguintes ações básicas: implantação de controles administrativos rígidos sobre os itens de despesas, renegociação de contratos, redução de volume de serviços contratados, desocupação de imóveis contratados, diminuição de serviços de informática, remanejamento de equipamentos de informática (230 microcomputadores).

As reduções de gastos com obras, reparos e instalações serão obtidas com remanejamento de áreas, redução do ritmo de obras, redução de serviços de instalações, como, por exemplo, remanejamento de divisórias.

As reduções de gastos com pessoal serão alcançadas com diminuição de cerca de 400

cargos em comissão e funções gratificadas, num total de 240 dos chamados DAS-Unitários, remanejamento de cerca de 1.100 servidores das áreas reestruturadas para a SRF, PGFN ou outros órgãos do Governo Federal, que necessitem de servidores, especialmente de nível médio, substituição de detentores de cargos em comissão de funcionários sem vínculo por servidores com vínculo (sem vínculo tem remuneração integral do cargo DAS e servidor ativo parcial).

### III - Fase de Transação

Os Delegados de Administração terão o prazo de 30 dias para concluir a implantação dos ajustes determinados. Os efeitos sobre cargos em comissão de funções comissionadas serão a partir de amanhã quando estará publicado o Decreto de reestruturação.

### IV - Medidas adotadas junto a entidades vinculadas

Aprovação de Voto no Conselho Diretor do SERPRO, traçando diretrizes e metas para redução dos dispêndios globais da Empresa, com os seguintes reflexos:

a) no corrente ano, redução dos gastos com pessoal de 10% da folha mensal (cerca de R\$ 3,4 milhões), diminuição de 10% nos gastos de dispêndios correntes (cerca de R\$ 1 milhão), suspensão de investimentos (R\$ 2,5 milhões);

b) em 1999, redução de cerca de R\$ 140,0 milhões, no Dispêndios Globais da Empresa, sendo 20% nos gastos com pessoal (R\$ 88,0 milhões), redução das despesas de custeio corrente (R\$ 30,0); redução de investimentos (R\$ 22,0 milhões).

Estabelecimento, no Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, de diretrizes e metas para redução de R\$ 30,0 milhões nos Dispêndios Globais da Empresa no ano de 1999.

Instrução ao Banco Central do Brasil para manter os seus gastos correntes, no ano de 1998, no valor de R\$ 269,0 milhões (redução do potencial de gastos em R\$ 50,0 milhões).

### V - Medidas adicionais em estudo

Além das medidas adotadas, outras estão sendo examinadas com vistas à redução adicional de custos. As análises preliminares indicam que há espaço para reduções adicionais significativas, nos órgãos do Ministério e em entidades vinculadas.

07 de outubro de 1998.



**SINDFAZ**  
A Força Que  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO PARANÁ E SANTA CATARINA

expediente

#### Jornalista Responsável

CARLOS MURILO CURIAL OLIVA - DTR/PR 3091

#### Colaboradores

BEATRIZ, EUCLIDES, PASCOAL, POSSAN, ROSALBA E

VENICIUS.

#### Charges

MAURO D'ELL CUCHI

#### Criação, Diagramação e Arte Final

FELIPE CARDOSO (SINDFAZ-PR/SC)

#### Relações Públicas

HENOR MOTTA

#### Fotolito e Impressão

HELVÉTICA

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, a opinião deste veículo ou do Sindicato.

SINDFAZ-PR/SC - Sindicato dos Servidores do Ministério da Fazenda no Paraná e Santa Catarina

#### Endereço

Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 594

Centro Cívico - CEP 80.540-280

Curitiba - Paraná

Telefones/Fax

(041) 254-6362 / 254-5487 / 252-0463

Endereço Eletrônico

sindfaz@swi.com.br

## PROJETO CARREIRA FAZENDÁRIA

A Federação Nacional dos Servidores do Ministério da Fazenda - FENAFAZ, encaminhou para os Sindicatos dos Fazendários nos estados e para os colegas que ainda não são filiados, boletim divulgando o nosso anteprojeto da carreira fazendária, como também, abaixo-assinado que deverá ser imediatamente devolvido aos sindicatos dos fazendários juntamente com eventuais sugestões para que possamos apresentar ao Senhor Ministro da Fazenda, conforme combinado com sua assessoria.

Informamos que o anteprojeto já foi entregue ao Ministro e que sua assessoria iniciou estudos e adaptações para negociações junto ao Ministério da Administração e Reforma do Estado - MARE, razão da urgência em coletarmos sugestões e assinaturas.

Classificamos a negociação iniciada como um extremo avanço em prol da unidade de todos os órgãos do Ministério da Fazenda e seus servidores, justamente no momento em que o governo se prepara para promover ajustes na combalida economia do país. Ajustes estes que terão como alvo o déficit público, atingindo em cheio os serviços e os serviços públicos, já sendo do nosso conhecimento algumas das mudanças encaminhadas: fusão do Ministério da Fazenda com o do Planejamento, e outras que estão sendo estudadas, o que acarretará extinção de cargos comissionados, e justificará o Programa de Demissão Voluntária - PDV, com polpudas indenizações financiadas por intuições financeiras internacionais, as mesmas que subsidiarão a privatização da Previdência Social no próximo ano.

Conclamamos todos os colegas (Procuradores, Auditores e Técnico do Tesouro, Analistas e Técnicos de Finanças), para o engajamento, nessa luta, em favor de um grande contingente de colegas que sofrem com as brutais distorções que ocorrem no serviço público e no Ministério da Fazenda - PCC e Serpro - para que sejamos fortes e unidos o bastante para garantir os direitos inerentes a todos os servidores que compõem a classe fazendária.

### Informes I

No dia 08.10.98 o presidente da FENAFAZ, Sr. José Pascoal de Andrade esteve em audiência com a Secretária para Assuntos Administrativo, Sra. Judith Franklin Vidal, questionando-a acerca da situação dos fazendários atingidos pelas extinções dos DPU, DAMF, DFC e suas conseqüências. Na ocasião a Secretária assegurou ao colega que haverá redistribuição do pessoal dos órgãos extintos para as DRF e PFN locais, e os possíveis excedentes irão para as DAMF da jurisdição. Com relação à situação dos não estáveis, a Sra. Judith adiantou acreditar no aproveitamento de todos, mas esta questão é de competência do MARE.

O nosso presidente esteve na mesma data com o Assessor do Secretário Adjunto do Ministério da Fazenda, Sr. Osvaldo Servulo. O Assessor salientou que não acredita em demissão, mas manifestou grande preocupação como o pessoal do SERPRO, solicitando a FENAFAZ total apoio, como entidade representativa, na manutenção destes colegas junto ao Ministério da Fazenda. Com relação ao Anteprojeto da Carreira Fazendária, Servulo solicitou que aguardássemos a reestruturação dos órgãos do Ministério da Fazenda que deverá sair em breve para que continuemos a discussão referente ao Plano de Carreira Fazendária.

Paraíba, 30 de setembro de 1998.

Ilustríssimo Senhor  
Dr. Everardo Maciel  
MD. Secretário da Receita Federal  
Ministério da Fazenda  
Brasília - DF

Em nome dos servidores fazendários, a Federação Nacional dos Servidores do Ministério da Fazenda - FENAFAZ, por seu presidente, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência para manifestar perplexidade diante da proposta apresentada pela Receita Federal como solução para a grave defasagem salarial, para a falta de perspectiva dos colegas Auditores Fiscais e Técnicos do Tesouro Nacional, mais ainda, pela forma autoritária como foi encaminhada.

Salvo melhor juízo, o que não foi possível por falta da devida divulgação, o chamado projeto subsídio pretende a um só tempo diminuir a remuneração inicial dos Auditores e Técnicos, acabar com a Retribuição Adicional Variável - RAV e desviar o FUNDAF para outras despesas, além de consolidar a extinção de todos os adicionais previstos na lei estatutária, conquista secular de todos os trabalhadores que se submetem a situações e locais indiscutivelmente prejudiciais à saúde e ameaçadores da garantia de vida, sem instituir qualquer incentivo à fiscalização ou à arrecadação.

Entendemos que o difícil momento por que passa o Brasil e demais países emergentes, aliado à decisão histórica de elevarmos o dever de eficiência da Administração Pública a nível de princípio Constitucional e aos programas de qualidade total e profissionalização dos agentes do Estado tornam incompatíveis quaisquer propostas de redução salarial e extinção de instrumentos de estímulo à produtividade. Claramente, as iniciativas do incompreensível projeto subsídio sinalizam para um erro clássico da maioria das tradicionais e falidas empresas brasileiras: cortar investimentos, esquecer produtividade e cair no ostracismo.

A aparente serenidade com que aceitamos essa visão distorcida de administração pública certamente tem estimulado a perda dos quadros mais qualificados da Receita Federal para o setor privado, o que, inevitavelmente, estabelece uma rede de pressões e de "inside information" entre os altamente qualificados colegas que abandonam nossas fileiras e aqueles que, por variadas razões, permanecem.

Senhor Secretário, o mundo todo considera investimento os gastos com o fisco, pelo simples concluir de que os agentes fiscais se pagam e geram fabuloso retorno aos cofres da Nação. Daí porque a maioria dos países realmente civilizados terem contingentes fiscais pelo menos dez vezes maiores e mais bem equipados que o nosso, variada gama de incentivos à produção, estrutura de carreira que estimula o desenvolvimento pessoal e profissional, etc. Não queremos ficar na contra-mão da história em mais esse item e os colegas que aprovaram o projeto subsídio não querem ficar sem gratificação, sem os adicionais, sem reajuste e de quebra reduzir o salário inicial. Ocorre que ainda não temos a tradição de luta necessária para fazer parede a certas posições carregadas de autoritarismo e sem qualquer propósito feito essa.

Apostando no bom senso e no dinamismo que são da sua característica, encarecemos que Vossa Excelência estabeleça os debates necessários a dar esclarecimento sobre o que é possível e razoável encaminhar nesse difícil momento político-econômico pelo qual passa o país.

Precisamos melhorar, queremos ser eficientes e apostamos no sucesso, mas entendendo a complexidade da conjuntura e a fragilidade da proposta encaminhada, colocamo-nos à sua disposição para toda e qualquer colaboração no sentido de viabilizar eventuais projetos verdadeiros e viáveis para melhorar as condições de vida e de trabalho dos colegas Auditores e Técnicos do Tesouro Nacional.

Aproveitamos a oportunidade para sugerir que Vossa Excelência viabilize o envolvimento da Secretaria da Receita Federal nas questões de interesse dos demais fazendários, vez que depende também deles o funcionamento e a eficiência do fisco federal e do Ministério da Fazenda.

Atenciosamente,

José Pascoal de Andrade  
Presidente